

## **A CATALOGAÇÃO COOPERATIVA NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRGS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE ESTUDOS EM CATALOGAÇÃO**

*Claudete Soares de Oliveira<sup>1</sup>, Evelin Stahlhoefer Cotta<sup>1</sup>, Giovana Soares Carneiro<sup>1</sup>,  
Lílian Maciel<sup>1</sup>, Rosalia Pomar Camargo<sup>1</sup>, Sedi Ziebert Schardong<sup>1</sup>,  
Suzinara da Rosa Feijó<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Bibliotecária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS.

<sup>2</sup>Bibliotecária, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), Porto Alegre, RS.

### **Resumo**

Apresenta relato de experiência do Grupo de Estudos em Catalogação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GEC/SBUFRGS). Aborda a catalogação cooperativa como forma de trabalho adotada pelo SBUFRGS com a utilização de instrumentos e procedimentos comuns, que visa à recuperação da informação mais eficiente. Mostra que o uso destes instrumentos e procedimentos nem sempre respondem às necessidades de trabalho, pois fatores como a dispersão geográfica das bibliotecas, as características peculiares de cada coleção e, principalmente, a quantidade e subjetividade dos profissionais envolvidos, interferem no processo de tratamento da informação. Relata como os encontros realizados pelo Grupo buscam propor soluções de políticas de catalogação e ações concretas que envolvam o SBUFRGS, na uniformidade da entrada de dados e, como decorrência, na qualificação do Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS (SABi). Destaca a importância de grupos de trabalho como espaço de discussão e estudos a partir da troca de experiências de seus membros sobre questões ligadas à representação descritiva, como forma de educação continuada. Conclui que a formação de grupos de trabalho é essencial para a interação de profissionais que trabalham em redes ou sistemas, na medida em que possibilita a troca de experiências e a busca de padronização dos procedimentos utilizados em prol do usuário final.

### **Palavras-Chave:**

Catalogação Cooperativa; Grupos de Trabalho; Educação Continuada.

### **Abstract**

Presents an experience report of the Study Group on Cataloguing System Libraries of the Federal University of Rio Grande do Sul (GEC / SBUFRGS). Discusses cooperative cataloging as a way of working adopted by SBUFRGS with the use of instruments and procedures, aimed at more efficient information retrieval. Shows that the use of these instruments and procedures do not always meet the needs of work, because factors such as the geographical dispersion of libraries, the peculiar characteristics of each collection, and especially the amount and subjectivity of the professionals involved, interfere with the process of information handling. Reports such as the meetings held by the Group seeking to propose policy solutions for cataloging and concrete actions involving SBUFRGS, uniformity of data entry and as a consequence, the qualification of UFRGS Library Automation System (SABi). Stresses the importance of working groups as a forum for discussion and studies from the exchange of experiences of its members on issues related to descriptive representation, as a form of continuing education. Conclude that the formation of working groups is essential for the interaction of professionals working in networks or systems, to the extent that enables the exchange of experiences and the pursuit of standardization of the procedures used to support

the end user.

**Keywords:**

Cooperative Cataloguing; Working Groups; Continuing Education.

## **1 Introdução**

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SBUFRGS) é coordenado tecnicamente pela Biblioteca Central e composto de 32 bibliotecas setoriais, dispersas em quatro campi na cidade de Porto Alegre, uma localizada em Imbé, cidade litorânea do Estado e uma biblioteca pertencente ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Este conjunto de unidades de informação, constituído por bibliotecas universitárias, especializadas e uma escolar, possui acervos em diferentes suportes e em vários campos do conhecimento.

Os bibliotecários são responsáveis pelo gerenciamento e execução de todas as rotinas bibliotecárias, dentre elas a catalogação de itens informacionais. A catalogação cooperativa é a forma de trabalho adotada pelo SBUFRGS, com a utilização de instrumentos e procedimentos comuns, com vistas a uma recuperação da informação mais eficiente. Contudo, o uso destes instrumentos e procedimentos nem sempre responde às necessidades de trabalho, pois fatores como a dispersão geográfica das bibliotecas, as características peculiares de cada coleção e, principalmente, a quantidade e subjetividade de profissionais envolvidos, interferem no processo de tratamento da informação. Percebeu-se na criação de Grupos de Trabalho, uma forma de dar coesão e uniformidade às metodologias adotadas pelo Sistema, além de propiciar educação continuada aos seus membros.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do Grupo de Estudos em Catalogação (GEC) que promove quinzenalmente, desde 2010, reuniões de estudo com bibliotecários catalogadores da Universidade e do IFRS – Campus Porto Alegre. O GEC busca propor soluções de políticas de catalogação e ações concretas ligadas à representação descritiva que envolvam o SBUFRGS, na uniformidade da entrada de dados e, como decorrência, na qualificação do catálogo eletrônico do Sistema de Bibliotecas (SABi).

Neste trabalho buscou-se referencial teórico sobre os temas da catalogação cooperativa, da educação continuada e dos grupos de trabalho para embasar e conceitualizar a prática desenvolvida pelo Grupo.

## **2 Catalogação Cooperativa no Brasil: a formação de redes de catalogação entre bibliotecas**

A criação do primeiro curso para o ensino da Biblioteconomia no Brasil se deu na Biblioteca Nacional em 1911. Entretanto, passados cerca de trinta anos, o país passa a adotar modernas técnicas biblioteconômicas, como consequência do aperfeiçoamento de técnicos brasileiros em universidades americanas, da reforma no referido curso de Biblioteconomia e da criação de um serviço nacional de catalogação cooperativa (REDE BIBLIODATA, 2012). O denominado Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), criado em 1942, promovia a ajuda mútua entre as bibliotecas brasileiras tendo como modelo um serviço semelhante ofertado pela *Library of Congress* dos Estados Unidos da América. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) era responsável pelo SIC. Seu papel era o de revisar as fichas catalográficas que eram impressas, distribuídas e vendidas pelo Departamento de Imprensa Nacional. Neste aspecto o Brasil foi pioneiro na América Latina.

Passados outros trinta anos e tendo mais uma vez como exemplo a *Library of*

*Congress*, o SIC adota o formato *Machine-Readable Cataloguing* (MARC) e inicia a automação de seus registros bibliográficos sob a coordenação da bibliotecária Alice Príncipe Barbosa. Dá-se, assim, início ao projeto Catalogação Legível por Computador (CALCO) que tinha por objetivo o intercâmbio das informações catalogadas entre as bibliotecas participantes e a geração do Catálogo Coletivo Nacional e a Bibliografia Nacional Corrente (REDE BIBLIODATA, 2012).

A implantação do projeto CALCO viabilizou a elaboração de um catálogo da produção bibliográfica; a distribuição da informação catalogada em todo país; a geração de bibliografias especializadas; a permuta de informações no território brasileiro e no exterior; a obtenção de catálogos coletivos especializados; a padronização dos cabeçalhos de assunto e normas de catalogação; a duplicação mais ágil das fichas catalográficas, evitando assim, o retrabalho para as bibliotecas que possuíam as mesmas obras (REDE BIBLIODATA, 2012).

O formato CALCO baseou-se no MARC II por ser considerado este o formato padrão para o intercâmbio de informações bibliográficas. Diferentes instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desenvolveram sistemas próprios de catalogação baseados no CALCO, com algumas modificações para atender as necessidades de cada instituição ou das redes de catalogação que se formavam. Após 31 anos de atividades, o SIC deixou de existir, sendo substituído pelo projeto CALCO (REDE BIBLIODATA, 2012). Uma nova fase da catalogação cooperativa no Brasil tem início, como proferiu Sambaquy (1978):

[...] as tendências modernas dos trabalhos de catalogação, que deverão ser, já agora, baseados em projetos de estreita participação interbibliotecária, em forma automatizada, através de programas estabelecidos por redes ou sistemas de bibliotecas. Somente assim será possível a soma das coleções de documentos e das obras existentes no País, através dos catálogos dessas Bibliotecas, para levantamento do universo de livros e documentos disponíveis, a fim de que, perfeitamente integrados, como um só catálogo de uma só biblioteca, servir a toda população no Brasil, por intermédio de redes de cooperação locais, estaduais, regionais e nacional de bibliotecas e de informação. (SAMBAQUY, 1978, p. 18-19).

Atualmente, os recursos buscados pelos bibliotecários para melhoria dos serviços e produtos oferecidos pelas unidades de informação, produzem resultados compensadores quando esses serviços são automatizados. Segundo Brown (1998) por esse motivo um grande número de bibliotecas já está integrada às redes, o que permite investir melhor no desenvolvimento de suas coleções, em equipamentos e serviços, visando sempre disponibilizar e prover informação à sua comunidade de usuários. Redes de bibliotecas, como salienta a autora, são criadas com o objetivo de mostrar a coleção de um grande número de unidades de informação, bem como disponibilizá-las a outras unidades e usuários e também compartilhar esforços e custos dispendidos no desenvolvimento de bases de dados bibliográficos através do intercâmbio de registros e atividades correlatas. Não obstante, rede é definida como:

[...] uma interligação de bibliotecas independentes que usam ou constroem uma base de dados comum [...] vendem serviços e produtos, oferecem serviços ou têm membros em muitos estados ou regiões, e desejam formar programas cooperativos com outras redes. (BROWN, 1998, p. 34-35).

A cooperação e o compartilhamento entre unidades de informação, segundo Souza e Mostafa (1999), são apresentados como a melhor forma para o alcance de altos níveis de eficiência na recuperação das informações necessárias a usuários que as buscam como subsídio para a realização de seus trabalhos, o desenvolvimento de pesquisas, a realização de negócios, entre outros. Nesse âmbito, as autoras afirmam que base de dados cooperativa é

entendida como a reunião dos registros bibliográficos de diferentes unidades de informação em meio eletrônico, constituindo-se “[...] em um catálogo coletivo onde os mesmos podem ser consultados e aproveitados por qualquer uma das bibliotecas integrantes da rede.” (SOUZA; MOSTAFA, 1999, p. 128). Desta forma, bibliotecas participantes de uma rede contribuem com sua catalogação original ao mesmo tempo em que podem copiar registros codificados por outras unidades, evitando, assim, a duplicação do trabalho. Este tratamento descritivo permite cada vez mais acessibilidade, na medida em que essas bases se tornem disponíveis através de meios eletrônicos ou digitais.

Por conseguinte, Santos (2003) observa que os processos de disponibilização, recuperação e circulação tornam-se mais simples e rápidos através da automação, tornando mais preciso, também, o processo de recuperação dos documentos almejados. Assim, resta apenas compartilhar o registro, economizando tempo e trabalho. Nessa premissa, Balby (1995) alerta:

Uma biblioteca jamais deveria catalogar novamente um material que já foi catalogado por outra biblioteca, para cada material que chega à mesa do catalogador, é necessário saber antes se alguém, em algum lugar do país ou do mundo já o catalogou; se o material já tiver sido catalogado, todos os esforços devem ser enviados para se ter acesso a essa informação e aproveitá-la. (BALBY, 1995, p. 30).

Outrossim, Souza e Mostafa (1999) afirmam que, quando se trata de um sistema cooperativo, normas e padrões são essenciais para garantir a qualidade dos registros catalográficos e estabelecer os padrões mínimos, com o propósito de alcançar a consistência de dados e facilitar o intercâmbio dos mesmos. Entendem por qualidade na catalogação cooperativa a ideia de o registro ser reutilizado por outro catalogador da rede sem necessitar de modificação alguma no que se refere ao ponto de acesso principal e à descrição bibliográfica. De outra forma, “[...] a qualidade de um catálogo reside na coerência e consistência de seus dados, daí o grande empenho em estabelecer regras de aceitação mundial, de forma a permitir uma rápida e eficiente troca de informações bibliográficas.” (SOUZA; MOSTAFA, 1999, p. 128).

Não obstante, Lopes (2010) enfatiza que, quando o catálogo é atualizado por vários catalogadores, poderá haver divergências quanto às ideias e interpretações, causando problemas na consistência do trabalho, ou seja, “Quanto mais catalogadores, menor é a consistência, pois cada um tem um ponto de vista diferente.” (LOPES, 2010, p. 45).

Uma das consequências mais visíveis da falta de consistência provocada pelo grande número de catalogadores de uma rede é a existência de registros bibliográficos duplos na base de dados mutuamente alimentada, pois:

Em uma instituição que adote a catalogação cooperativa, todos os catalogadores utilizam os mesmos instrumentos de análise e de codificação do registro bibliográfico (código de catalogação, formato/campos de registro e tabelas de códigos internacionais, locais e institucionais), mas esses instrumentos não garantem a exclusividade de cada registro da base de dados em relação ao documento que representa. Fatores externos como a origem dos registros, a interpretação particular de cada catalogador ao aplicar as regras e/ou políticas de catalogação e a sua eventual inabilidade ao pesquisar a base de dados para identificar um registro bibliográfico que corresponda a mesma descrição do documento a ser catalogado, favorecem a inserção de registros duplicados na base. Essa duplicidade acarreta problemas como: sobrecarga de informação para o usuário, redução da eficiência do sistema, redução da produtividade da catalogação e aumento do custo de manutenção da base (SITAS; KAPIDAKIS, 2008<sup>1</sup> apud OLIVEIRA et al., 2010, p. 2).

<sup>1</sup> SITAS, Anestis; KAPIDAKIS, Sarantos. Duplicate detection algorithms of bibliographic descriptions. **Library Hi Tech**, Ann Arbor, v. 26, no. 2, p. 287-301, 2008.

A estratégia adotada pela Biblioteca Central, responsável pela coordenação técnica do SBUFRGS, para diminuir diferenças nos procedimentos adotados nas diversas bibliotecas, foi a criação de Grupos de Trabalhos que colaboraram na formulação de instrumentos para nortear Padrões de Serviços Bibliotecários (PSBUs) adotados nas décadas de 1980/1990. Estes padrões auxiliaram as bibliotecas setoriais na execução de suas atividades e na prestação de serviços aos usuários. O SBUFRGS adota, desde 2000, políticas de catalogação cooperativa e descentralizada devido à dispersão geográfica de suas bibliotecas, que são ligadas administrativamente a diferentes unidades de ensino da Universidade. Além do software de gerenciamento, o SBUFRGS utiliza uma série de padrões normalizadores e instrumentos auxiliares para o processamento técnico de documentos (OLIVEIRA et al., 2010).

Atualmente, os Grupos formados por membros do SBUFRGS trabalham para dar coesão e uniformidade às metodologias adotadas, e criar fóruns de discussão e atualização das ferramentas norteadoras das suas atividades, como educação continuada, na busca do funcionamento homogêneo do Sistema (PAVÃO; PFITSCHER; BERNARDES, 1998).

### **3 Educação Continuada: construção permanente do conhecimento**

A educação, de uma forma mais genérica, segundo Prosdócimo e Ohira (1999, p. 111), “[...] é o processo pelo qual o indivíduo adquire a compreensão do mundo, promove mudanças em seu comportamento e desenvolve suas potencialidades, propiciando integração ao meio em que vive”. Além de ser um processo contínuo de formação e aperfeiçoamento, a educação é também um meio de divulgação de conhecimentos e deve ser encarada como uma ferramenta capaz de gerar mudanças, alterar realidades sociais e garantir a evolução econômica da sociedade (PROSDÓCIMO; OHIRA, 1999).

Como descrito no capítulo anterior, a formação de grupos de trabalho é uma estratégia de educação continuada que pode ser adotada institucionalmente. Giannasi (1999) considera que educação continuada é um termo amplo, que abrange uma grande quantidade de atividades de aprendizagem, como leitura de textos técnicos, participações em palestras, seminários e outros eventos, bem como frequentando cursos formais de educação e treinamento. Conforme a autora, a educação continuada pode ser realizada com o objetivo de desenvolvimento profissional, partindo da motivação pessoal ou necessidade institucional.

Por sua vez, Pavão, Pfitscher e Bernardes (1998) relatam que desde a década de 1950 a educação continuada vem adquirindo conotações diferentes: nessa época, o seu objetivo era ajustar-se a um mundo novo em mutação. Na década de 1960, a educação continuada transfere-se para dentro das empresas, com o objetivo de possibilitar a contínua atualização dos funcionários. A década de 1970 caracteriza-se pela tomada de consciência de que o homem educa-se a partir da realidade que o cerca e em interação com os outros. Esse pensamento torna-se fundamental e a partir da década de 1980 a sociedade incorpora esta nova consciência.

A educação, em um contexto de formação, na concepção de Pereira e Rodrigues (2002, p. 222), “[...] deve ser vista como uma organização de valores, ou também como um processo de construção de conhecimentos, formação de habilidades técnicas e cognitivas”. Portanto, não deve ser considerada apenas como um instrumento de capacitação ou atualização, mas sim como parte fundamental do processo individual de construção social. As autoras ainda ressaltam que, “[...] para que uma organização se torne competitiva e de qualidade, não basta investir em tecnologia e em equipamentos de última geração.” (PEREIRA; RODRIGUES, 2002, p. 223). É imprescindível promover a qualificação dos

recursos humanos para que possa haver o desenvolvimento e crescimento organizacional.

A educação continuada, numa visão mais específica, conforme Prosdócimo e Ohira (1999, p. 112), “[...] é um processo contínuo de atualização, aperfeiçoamento, treinamento e aprimoramento das qualificações e habilitações individuais de cada profissional.” Neste sentido, Cunha (1984) considera a educação continuada como qualquer aprendizagem formal ou informal, realizada a partir da primeira graduação.

Na sociedade atual em que as mudanças ocorrem com muita rapidez, especialmente no que se refere à produção do conhecimento, a educação continuada adquire grande relevância. Percebe-se que a mesma velocidade com que é produzido o conhecimento também o torna rapidamente obsoleto, o que exige atualização permanente dos profissionais que atuam na área da informação, como é o caso do bibliotecário. A responsabilidade pelas ações de educação continuada deste profissional, conforme afirma Cunha (1984), deve ser compartilhada pelas escolas de Biblioteconomia, associações profissionais, bibliotecas, empresas de consultoria e pelo próprio bibliotecário. Nesse sentido, Pavão, Pfitscher e Bernardes (1998, p. 2) afirmam que “[...] promover o crescimento profissional é tarefa da instituição à qual o indivíduo está ligado mas é também tarefa individual”. No que se refere às instituições, esse crescimento é possível na medida em que estas promovam ações de educação continuada. Na UFRGS, por exemplo, percebe-se o esforço pela atualização permanente dos servidores, refletido na grande oferta de ações de capacitação. Por conseguinte, Pereira e Rodrigues (2002) destacam que a educação continuada pode ser vista como a solução para atualização e qualificação do profissional da informação, o bibliotecário, que está inserido na categoria de mediador da informação e que não pode ficar à margem dos acontecimentos tecnológicos e da evolução constante de processos educativos. Como exemplo:

[...] a evolução da catalogação e os desenvolvimentos tecnológicos possibilitaram ao catalogador a efetivação de programas de catalogação em redes ou sistemas (network) que ocupam por meio da catalogação automatizada, com base de dados mecanicamente legíveis e permitem acesso aos bancos de dados on/off-line, concretizando a idealização de um intercâmbio mútuo de informações. (PEREIRA; RODRIGUES, 2002, p. 231).

A educação continuada na área de Biblioteconomia pode ser realizada de várias formas:

- a) leitura de livros e periódicos;
- b) cursos de especialização;
- c) cursos oferecidos em reuniões profissionais, como congressos, simpósios e outros;
- d) *workshops*;
- e) pesquisas na área;
- f) treinamentos no local de trabalho.

Além das formas citadas, outras podem ser acrescentadas, como os Grupos de Trabalho, iniciativa adotada pelo SBUFRGS desde 1975 (SCHREINER, 1982). Como exemplos dessa metodologia utilizada no Sistema, têm-se o Grupo de Estudos em Catalogação, o Grupo de Estudos em Indexação, dentre outros.

#### **4 Grupos de Trabalho: uma estratégia de gestão**

Atualmente trabalham no SBUFRGS 131 bibliotecários, responsáveis pelo gerenciamento e execução de todas as rotinas bibliotecárias das 33 unidades do Sistema, dentre elas a catalogação de itens informacionais. Por estarem dispersos geograficamente, o

SBUFRGS viu na criação de Grupos de Trabalho um meio de dar coesão e uniformidade às metodologias de trabalho, além de propiciar educação continuada aos seus membros.

O ser humano é gregário por natureza. Procura estabelecer vínculos em todas as dimensões de sua vida. No âmbito profissional não poderia ser diferente. O grupo também faz parte do trabalho, como bem analisa Biehl (2010) quando enfatiza que a coletividade ocorre de qualquer forma, em grupos informais, ou unidos por uma mesma atividade. Então, nada mais sensato que estabelecer vínculos com colegas que exercem a mesma função, visando à cooperação e à aprendizagem. O desempenho da função de catalogar, isto é, descrever fisicamente os documentos numa mesma base de dados, disponível mundialmente através da Rede de Alcance Mundial (WWW), depende da capacidade individual do catalogador e da capacidade de trabalhar bem em conjunto. Senge (1990, p. 213) enfatiza que “[...] o aprendizado em grupo é o processo de alinhamento e desenvolvimento da capacidade de um grupo criar resultados que seus membros realmente desejam”.

O trabalho em grupo é uma estratégia de gestão visto que auxilia no desenvolvimento do ser humano e das relações interpessoais (BIEHL, 2010). Neste intuito, em 1975 foi criado o primeiro Grupo de Trabalho entre bibliotecários do SBUFRGS com o objetivo de iniciar um programa de educação continuada (SCHREINER, 1982). Em 1979, já havia seis grupos diferentes, dentre eles o de Catalogação, demonstrando o desejo pelo desenvolvimento profissional. Com o grupo efetivamente estabelecido, o principal produto almejado passou a ser a elaboração, implantação, avaliação e revisão dos PSBUs que ocorreu na década de 1980. Na década de 1990, os Grupos de Trabalhos da UFRGS elaboraram os manuais para o SABi, sendo que os Grupos de Trabalhos em Catalogação, Classificação e Periódicos foram os responsáveis pelo formato bibliográfico (SILVA, 1994); outra atividade estabelecida pelos Grupos foram os critérios para a inclusão da produção intelectual da UFRGS a partir de 1992; e, em 1995, os participantes dos Grupos ministraram um treinamento para os demais bibliotecários sobre a inclusão dos dados no SABi.

Em 1996, houve uma mudança nos nomes dos Grupos de Trabalho que passaram a denominarem-se Grupos Assessores Técnicos, e também absorveram a função de assessorar a Direção do SBUFRGS na tomada de decisões (PAVÃO; PFITSCHER; BERNARDES, 1998), sendo o de Catalogação nomeado Grupo Assessor Técnico em Descrição Documental. Em 1998, foi criada a Comissão de Automação (COMAUT), que passou a gerenciar o SABi, ministrando cursos e atualizando os manuais. Desde sua criação, o Grupo de Trabalho em Catalogação teve como objetivo a educação continuada, a atualização dos catalogadores, a definição de políticas de catalogação para padronizar os registros, bem como sanar as dúvidas de catalogação que ocorressem entre os catalogadores. Em 2005, ocorreu a reformulação dos no Sistema:

[...] na Biblioteca Central, ocorreu uma reunião com os bibliotecários do SBU interessados em resgatar fóruns especiais de discussões técnicas regulares na UFRGS[...] Ficou deliberado que a característica fundamental desses grupos temáticos é a liberdade de escolha pelos participantes dos assuntos de seu interesse como objeto de estudo. Portanto ficou modificado o formato anterior, passando a apresentar características de ampliação de conhecimentos com produção de documentos técnicos também para a divulgação do SBU, podendo gerar, também, propostas de políticas a serem discutidas pelo SBU ou outras manifestações que venham a ser delineadas. A denominação inicial proposta é de "Grupos de Estudo". (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

#### 4.1 Grupo de Estudos em Catalogação: relato de experiência

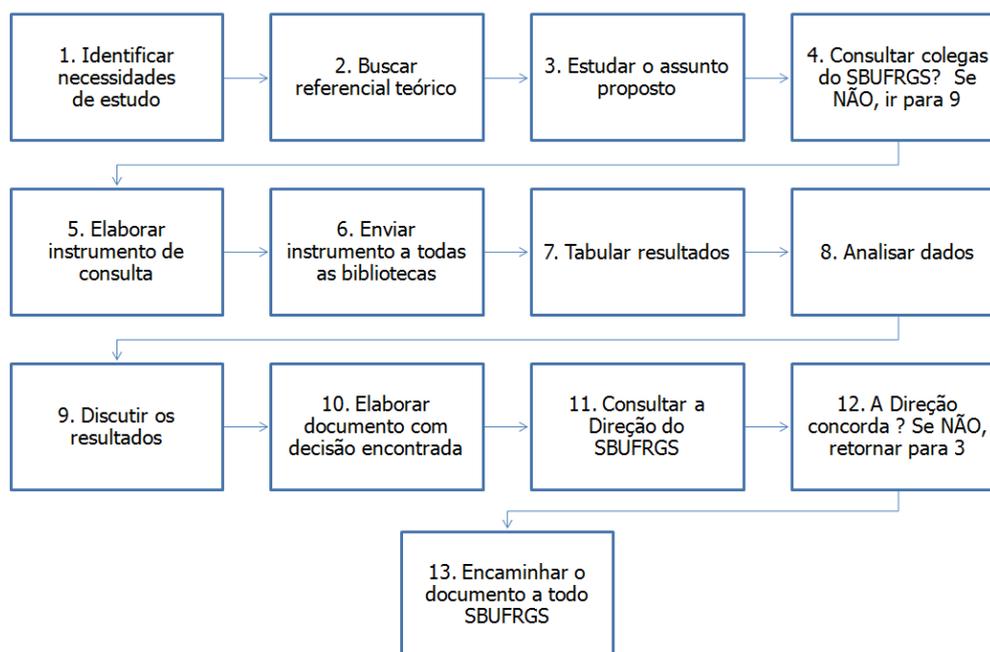
O atual Grupo de Estudos em Catalogação (GEC) reúne-se desde maio de 2010 e conta com a participação fixa de seis bibliotecárias de diferentes unidades da UFRGS e uma do IFRS, sendo que a participação de outros colegas é livre e sempre estimulada. O objetivo do Grupo é, além de propiciar a educação continuada de seus membros através da troca de informações e dúvidas nas rotinas da catalogação cooperativa, auxiliar na implementação de melhorias nos atuais *Manuais de Registro Bibliográfico* e *Registro de Autoridades* do SABI.

Esta troca de informação, ou intercâmbio de competências entre os membros conforme exemplifica Le Boterf (2003), torna o Grupo mais forte em suas decisões, proporcionando segurança ao trabalho que é dispersamente realizado em cada biblioteca do Sistema. Além disso, espera-se uma melhora na relação entre bibliotecário e usuário, visto que um dos principais objetivos do trabalho do catalogador é facilitar a escolha acertada e o rápido acesso aos documentos, entre milhares que se encontram disponíveis para consulta da comunidade acadêmica.

O GEC deseja um crescimento mútuo em prol do usuário do SBUFRGS que busca o acesso aos mais variados materiais informacionais e, também, como descreve Biehl (2010), a complementação de conhecimento dos envolvidos, visto que cada integrante possui conhecimento próprio, fruto de suas vivências, competências e formação. O compartilhamento deste conhecimento é essencial para o bom desempenho dos Grupos de Trabalho (SHULMAN, 2004), assim como a discussão e a troca de ideias são estímulos para o crescimento coletivo.

Há diferentes formas de se estabelecer os temas que serão estudados. Durante as reuniões, os participantes podem trazer dúvidas percebidas em suas rotinas ou, muitas vezes, dúvidas de colegas que entram em contato por telefone ou e-mail. Também são recebidas demandas de estudo geradas pela Direção da Biblioteca Central. De modo geral, o trabalho do GEC, segue os passos descritos na Figura 1:

**Figura 1 – Fluxograma de trabalho do GEC**



Fonte: elaboração própria (2012).

Um exemplo de estudo realizado foi o do campo 250 do formato MARC, referente à indicação de edição. O SBUFRGS tinha como critério utilizar somente a página de rosto como fonte oficial desta informação. A importância deste estudo deve-se à prática de algumas editoras em utilizar a indicação de edição apenas nas capas de seus livros, ocasionando problemas de descrição e inclusão nos registros bibliográficos.

Após algumas reuniões de estudo do AACR2, padrão utilizado no SBUFRGS e também da consulta a especialistas, foi criado um documento denominado Alerta (Apêndice) para o campo 250 Edição, que estabelece a capa como uma fonte de informação válida (prescrita, segundo o AACR2, regra 2.0B2) para descrição da edição de um livro.

## 5 Considerações Finais

Para o SBUFRGS a possibilidade de trabalhar em rede, com suas 33 bibliotecas setoriais, permite a cooperação e o compartilhamento de uma gama enorme de produtos e serviços, proporcionando a economia de recursos humanos, financeiros, logísticos, etc. Por sua vez, em uma instituição que emprega a catalogação cooperativa, onde todos os bibliotecários utilizam os mesmos instrumentos de análise e de codificação do registro bibliográfico, as ferramentas não garantem a exclusividade de cada registro do Sistema em relação ao documento que representa. Pois, o grande número de catalogadores, somado à subjetividade do profissional e à grande renovação do quadro de bibliotecários da Universidade na última década, faz com que possam existir problemas de falta de padronização e, até mesmo, duplicidade nos registros bibliográficos inseridos no catálogo eletrônico.

A motivação do Grupo de Estudos em Catalogação surge a partir da necessidade de educação continuada. Colabora para isto também, a constatação da falta de consistência na descrição de materiais bibliográficos dispersos nas bibliotecas dos diferentes campi. Neste intuito, as reuniões têm a tarefa de manter os profissionais motivados para o desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, institucional, na medida em que buscam soluções para todo o Sistema. A discussão de problemas ou de assuntos polêmicos constitui um fator positivo, ao incentivar os componentes a analisarem a questão sob diversos prismas, variedade de experiências, bem como a consulta de instrumentos norteadores das atividades cooperativas. No GEC, os membros encontram a liberdade para expor suas ideias e discuti-las em um ambiente democrático onde o trabalho em equipe favorece o amadurecimento profissional individual e do grupo.

Percebe-se a grande importância de incentivar a formação de grupos de trabalho para a interação de profissionais que trabalham em redes ou sistemas, na medida em que possibilita a troca de experiências e a busca de padronização dos procedimentos utilizados em prol do usuário final.

## 6 Referências

BALBY, Cláudia Negrão. Formatos de intercâmbio de registros bibliográficos: conceitos básicos. **Cadernos da FFC**, Marília, v. 4, n. 1, p. 29-35, 1995.

BIEHL, Kátia. Grupos e equipes de trabalho: uma estratégia de gestão. In: BITENCOURT, Claudia (Org.). **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 103-114.

BROWN, Dóris Regina. Consórcios e redes nas bibliotecas acadêmicas dos EUA.

**Transinformação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 33-61, jan./abr. 1998.

CUNHA, Murilo Bastos da. O desenvolvimento profissional e a educação continuada. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 149-156, jul./dez. 1984.

GIANNASI, Maria Júlia. **O profissional da informação diante dos desafios da sociedade atual**: desenvolvimento de pensamento crítico em cursos de educação continuada e a distância via internet, através da metodologia da problematização. 1999. 143 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

LE BOTERF, Guy. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

LOPES, Marcos Luiz P. **Catalogação cooperativa em redes de informação**: estudo de caso da rede Bibliodata. 2010. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Zita Catarina P. et al. Gerência de registros duplos em base de dados bibliográfica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

PAVÃO, Caterina Marta G.; PFITSCHER, Eloisa Futuro; BERNARDES, Jacira Gil. Educação continuada: uma alternativa ao alcance de todos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza: FINEP, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000227822&loc=2006&l=1392bbf9663bbf24>>. Acesso em: 25 maio 2012.

PEREIRA, Ana Maria; RODRIGUES, Renata. Educação continuada do catalogador: o caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 219-239, 2002.

PROSDÓCIMO, Zulma Pures A.; OHIRA, Maria Lourdes B. Educação continuada do bibliotecário: revisão de literatura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 111-125, 1999.

REDE BIBLIODATA. Histórico: contexto nacional. 2012. Disponível em: <http://www8.fgv.br/bibliodata/geral/modelos/historico.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SANTOS, Érika Alves dos. **Catalogação cooperativa**: propósitos vantagens e desvantagens. 2003. 317 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. Apresentação. In: BARBOSA, Alice Príncipe (Org.). **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. p. 18-19.

SCHREINER, Heloisa B. Grupos de trabalho no Sistema de Bibliotecas da UFRGS: reflexão sobre a ação para a ação. In: JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA

E DOCUMENTAÇÃO, 7., 1982, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre, RS: ARB, 1982. p. 132-140.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem.** 13. ed. São Paulo: Best Seller, 1990.

SILVA, Elenice A. et al. Automação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. In: SEMINÁRIO SOBRE AUTOMAÇÃO EM BIBLIOTECAS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO, 5., 1994, São José dos Campos. **Anais...** São José dos Campos: Instituto de Pesquisas Espaciais, 1994.

SHULMAN, Arthur. Colocando a tecnologia de informação no devido lugar: comunicação e bom desempenho de grupos de trabalho. In: CLEGG, S.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (Org.). **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2004. v. 3, p. 389-420.

SOUZA, Terezinha Batista de; MOSTAFA, Solange Puntel. Catalogação cooperativa na rede Bibliodata/Calco: a questão repetitividade dos títulos no catálogo coletivo. **Transinformação,** Campinas, v. 11, n. 2, p. 127-134, maio/ago. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central. **Grupos de estudos.** 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/ge.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2012.

## 7 Apêndice: alerta do Grupo de Estudos em Catalogação

### Informe sobre o registro da Edição (Campo 250)

A capa é uma fonte de informação válida (prescrita, segundo o CCAA2, regra 2.0B2) para descrição da edição de um livro.

#### Fontes de informação

Sendo a folha de rosto a fonte principal de informação, conforme o Código de Catalogação Anglo Americano (CCAA2) regra 2.0B1, fica definido que para identificar o número da edição e demais informações referentes ao campo 250 da catalogação será SEMPRE verificada a página de rosto em primeiro lugar (independente de sabermos que o número que lá aparece não é realmente uma edição). Não constando nenhuma informação sobre a área da edição, na folha de rosto, devemos recorrer às seguintes fontes, indicadas no CCAA2, na regra 2.0B2:

2.0B2. Fontes de informação prescritas. A(s) fonte(s) de informação prescrita(s) para cada área da descrição de monografias impressas está(ão) indicada(s) a seguir. Coloque entre colchetes as informações extraídas de outras fontes que não a(s) fonte(s) prescrita(s).	
ÁREA	FONTES DE INFORMAÇÃO PRESCRITAS
Título e indicação de responsabilidade	Página de rosto!
Edição	Página de rosto, outras preliminares e colofão
Publicação, distribuição etc.	Página de rosto, outras preliminares e colofão
Descrição física	Toda a publicação
Série	Toda a publicação
Notas	Qualquer fonte
Número normalizado e modalidades de aquisição	Qualquer fonte

*Preliminares*  
*Preliminaries* A(s) página(s) de rosto de um item, o verso da(s) página(s) de rosto, quaisquer páginas que precedem a(s) página(s) de rosto e a capa.

Coloque entre colchetes as informações extraídas de outras fontes que não as das regras 2.0B1 e 2.0B2 (respectivamente, fonte principal de informação e fontes de informação prescritas). Quando o número da edição e outras informações referentes a esta área NÃO forem retirados das fontes indicadas no CCAA2, deve-se, obrigatoriamente colocar a informação encontrada entre [] (colchetes). Além disso, deve-se criar uma nota no campo 590 para indicar que essa informação não consta na folha de rosto (caso a folha de rosto tenha sido subtraída. Ex. Obra encadernada e/ou restaurada).

Não servirá como fonte para a catalogação a ficha catalográfica, a qual normalmente é localizada no verso da folha de rosto.

Quando tivermos mais de um item de uma mesma obra, mesma edição, mas a paginação for diferente devemos ligar primeiramente para as bibliotecas setoriais da UFRGS que possuem o item e tentar tirar dúvidas com os colegas, se não for possível, entrar em contato com o editor. Se realmente o número de páginas for diferente é indicada a elaboração de um novo registro.

Quando um item for adquirido por compra e este for de uma edição diferente daquela sugerida, solicitar a transferência dos itens utilizando o formulário disponível na Área Técnica do site da Biblioteca Central, que deve ser enviado ao Departamento de Processos Técnicos da BC através do e-mail [transf@bc.ufrgs.br](mailto:transf@bc.ufrgs.br).

#### **Edição de traduções**

Quando catalogamos uma tradução devemos considerar a edição da obra que está sendo catalogada e não a edição do original. Ex.: Quando catalogamos uma 2ª. edição traduzida de uma obra que já se encontra na 7ª. edição, a edição a ser indicada no 250|a é a 2ª. edição (obra que estamos catalogando). A 7ª. edição deve ser indicada em notas no 500|a para informar o usuário que a tradução é da 7ª. edição em inglês, por exemplo.

**Regra Geral:** A cada nova edição um novo registro. Indicar reimpressão (caso esteja indicada) em nota, campo 590.